



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BCRGES DE MEDEIROS

OFÍCIO EXECUTIVO Nº 48 /2025/DLEG

Uruguaiana, 20 de fevereiro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Carlos Alberto Delgado de David  
Prefeito  
Nesta

**Assunto: Indica instituição programa Cuidando de quem Cuida.**

Senhor Prefeito,

1. Servimo-nos do presente para, em atenção à Indicação nº 049, do Vereador Anderson Cuco, protocolizada nesta Casa sob o nº 301/2025/LEG e aprovada pelo Plenário, indicar a Vossa Excelência para que determine a instituição de diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas “Cuidando de quem Cuida”, conforme proposta em anexo.

2. A presente Indicação visa a criação e implementação do programa “Cuidando de quem Cuida”, que tem como objetivo principal proporcionar apoio, orientação psicossocial e serviços de saúde integral às mães atípicas, aquelas responsáveis pelo cuidado de filhos com doenças raras, deficiências, síndromes, transtornos do espectro autista (TEA), transtorno do deficit de atenção com hiperatividade (TDAH), transtorno do deficit de atenção (TDA), dislexia, entre outros. Essas mulheres, em sua grande maioria, enfrentam um cotidiano de desafios tanto emocionais quanto físicos e sociais, sendo essencial um programa que as auxilie no desempenho dessa função, ao mesmo tempo em que cuida da sua saúde mental e bem-estar.

3. O programa “Cuidando de quem Cuida” busca garantir que as mães atípicas recebam a atenção e suporte necessários para a construção de uma rede de proteção social e cuidados que favoreça o seu equilíbrio emocional e familiar, além de proporcionar ações educativas e de acolhimento. A formação e a integração com profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação são fundamentais para que as mães atípicas possam ser inseridas e reconhecidas na sociedade, com a valorização do seu papel no contexto familiar e social.

4. Os objetivos da proposta incluem o aumento da qualidade de vida das mães atípicas, oferecendo suporte psicossocial, saúde mental, e orientações sobre cuidados especiais com seus filhos. Além disso, o programa visa a promoção de políticas públicas eficazes, que integrem as diversas esferas de atendimento (saúde, educação, assistência social) para garantir um acompanhamento adequado.

5. A justificativa para a indicação do programa parte da premência da sociedade em acolher e fornecer cuidados adequados a essa parcela da população, que muitas vezes se encontra marginalizada e sem o suporte necessário. O enfrentamento dos desafios da maternidade atípica exige a integração de diversas políticas públicas e a cooperação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade, por isso, o “Cuidando de quem Cuida” se apresenta como uma medida inclusiva e de grande relevância social.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

6. Em suma, a implementação do programa não só contribui para a saúde e bem-estar das mães atípicas, mas também fortalece a rede de proteção familiar e social, visando o pleno desenvolvimento e dignidade dessas mulheres, garantindo que sua jornada de cuidados seja acompanhada e amparada pelo poder público.

Atenciosamente,



Ver. ADENILDO DE JESUS PADOVAN  
Presidente em exercício



PCDER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

Cr a c Programa “Cuidando de quem Cuida”.

**Art. 1º** Instituir diretrizes, estratégias e ações para a implantação do programa de atenção e orientação às mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do deficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do deficit de atenção – TDA e dislexia, denominado Cuidando de quem Cuida.

**§ 1º** O programa Cuidando de quem Cuida tem a finalidade de oferecer orientação psicossocial e apoio por meio de serviços, proteção, acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para fins de fortalecimento e valorização dessas mulheres na sociedade.

**§ 2º** Para os fins desta Lei, considera-se mãe atípica a mãe ou cuidadora que é responsável pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos para pessoas com deficiências, síndromes, transtornos, doenças raras, TDAH, TDA e dislexia, entre outros.

**Art. 2º** Constituem objetivos do programa:

I – elevar e melhorar a qualidade de vida de mães atípicas, considerando as dimensões emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;

II – desenvolver competências socioeconômicas, por meio de ações que as façam se sentir valorizadas sem comprometer os cuidados que devem despende a seus filhos;

III – promover o apoio para o acesso a serviços psicológicos, terapêuticos, assistenciais e emancipativos em relação à nova identidade social como mães;

IV – estimular a ampliação de políticas públicas adequadas na rede de atenção primária de saúde, com vistas a manter atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental materna;

V – desenvolver ações de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos como ansiedade e depressão;

VI – desenvolver ações complementares de suporte para o filho, quando a mãe atípica tenha que realizar consultas, exames, terapias e encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII – estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e à proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares;

VIII – promover intervenção de profissionais de saúde, educação, assistência social e jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades dos pais, prover informações e indicar serviços de maneira coordenada, visando produzir resultados positivos na família.

**Art. 3º** Constituem diretrizes gerais para a implementação do programa de que trata esta Lei:



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

I – oferecer apoio e incentivo psicossocial e relacional a mães atípicas, visando à promoção de políticas públicas de proteção e fortalecimento da rede de apoio local;

II – fortalecer as redes de apoio e de trocas de experiências sobre os desafios da jornada da mãe atípica, especialmente, nas áreas de saúde, educação, assistência social e de justiça;

III – incentivar a realização de debates, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade atípica;

IV – estimular a criação de políticas públicas de acolhimento para as mães atípicas ou com filhos com deficiência;

V – incentivar a criação de espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade atípica;

VI – incentivar a realização de oficinas temáticas, cursos, encontros, seminários, conferências e fóruns de debates com temas de relevância social, tendo como foco central a maternidade atípica;

VII – estimular estudos e divulgação de informações sobre prevenção de doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade atípica ou com filhos com deficiência;

VIII – proteger integralmente a dignidade de mães atípicas, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos.

Parágrafo único. Entende-se por apoio relacional a troca de experiências entre mães atípicas no contexto dos encontros realizados periodicamente com profissionais e especialistas para tratar de questões voltadas à aplicação do programa instituído por esta Lei.

Art. 4º São estratégias para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – atenção integral com foco em mães atípicas e em suas necessidades de saúde, educação, trabalho, assistência social, acesso à renda, habitação, entre outras;

II – instituição de sistemas de avaliações específicos para as pessoas beneficiárias desta Lei, com escalas diferenciadas para crianças, adolescentes e idosos, considerando as condições, as deficiências e os aspectos sociais, pessoais e do entorno onde vivem as pessoas avaliadas;

III – implantação de serviços de oferta de cuidados pessoais em centros especializados;

IV – implantação de serviços de cuidados em domicílio;

V – facilitação do acesso às tecnologias assistivas e à ajuda técnica para uso pessoal e para autonomia no domicílio;

VI – implantação de serviços de acolhimento para as situações de ausência dos vínculos familiares, conforme o caso;

VII – elaboração de estudo que identifique, quantifique e trace o perfil sociodemográfico desses grupos e que identifique suas necessidades e os obstáculos que enfrentam, especialmente na busca por serviços públicos.

Art. 5º Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, o programa deve observar as seguintes ações:



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

I – apoio pós-parto a mães atípicas, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto;

b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II – informação educacional à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato com crianças, adolescentes e adultos sob tutela de mães atípicas;

III – promoção da interação entre profissionais de saúde e educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida da condição de criança, adolescente e adulto sob tutela de mães atípicas;

IV – ações de esclarecimento e combate aos preconceitos relacionados à pessoa com deficiência, doenças raras, síndrome de Down, TEA, TDA, TDAH e dislexia, entre outras;

V – implantação de ações que integrem mães e familiares com educadores e profissionais das áreas de assistência social, justiça, direitos humanos e saúde;

VI – oferecimento de oportunidade de vivência prática de mães matriculadas na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos;

VII – utilização de estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo de mães em programas com a rede socioassistencial e para o acesso às políticas setoriais voltadas às mulheres;

VIII – veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta Lei.

Art. 6º Para a execução das ações previstas no programa de que trata esta Lei, podem ser celebrados instrumentos de cooperação, convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre os diversos setores do poder público e organizações da sociedade afins, para a prestação de informações ao público.

Art. 7º Os projetos e as ações decorrentes da implementação desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade.